

Não tem havido evolução por parte dos 186 municípios quanto às perdas de água

15 de Março, 2021

Na passada sexta-feira, a **APDA** (Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas), através da respetiva Comissão Especializada de Sistemas e Distribuição de Água (**CEDSA**), promoveu uma sessão subordinada ao tema “SIIPA 2.0 – O Caminho das Perdas de Água em Portugal”. O **webinar** teve como princípio a apresentação da nova versão do SIIPA (Sistema de Informação de Indicadores de Perdas de Água), bem como ajudar as entidades gestoras a serem mais eficientes no combate às perdas de água.

Coube a **Paulo Nunes**, chefe de operações da **Indaqua**, dar a conhecer as novidades da nova versão do SIIPA. Segundo o responsável, uma das novidades que marca a **versão dois** do SIIPA tem que ver com o facto de estar inserida a informação constante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2020) e que integra as atividades desenvolvidas em 2019 pelas entidades gestoras em Alta e em Baixa. Além disso, esta nova versão disponibiliza agora os dados referentes ao desempenho e à avaliação da qualidade serviço das entidades gestoras em Alta, algo que na versão anterior acontecia apenas com as entidades gestoras em Baixa.

A disponibilização deste sistema de informação insere-se no objetivo da CEDSA em desenvolver e partilhar as melhores práticas de controlo de perdas num setor essencial para o bem-estar e qualidade de vida dos portugueses. De destacar que esta Comissão tem também assumido a missão de valorizar e divulgar algumas das mais bem-sucedidas experiências nacionais de controlo de perdas de água.



Relativamente ao panorama atual das perdas de água com base no RASARP e no SIIPA, **Abel Luís**, coordenador da CEDSA, disse que o problema do setor não passa pelas questões económicas, mas sim pelas ambientais, isto é a falta de

reabilitação e as perdas reais: “Enquanto que a água não faturada é um indicador de sustentabilidade económica dos serviços, as perdas reais são uma questão de eficiência ambiental e que diz respeito à sociedade”. E os “186 municípios com sistema direto do serviço” na sua generalidade automarginalizam e prejudicam em muito o setor: “Não querem evoluir”, sustenta. Contudo, o responsável acredita que o “5G, a IA, a IoT”, a “respostas aos novos contaminantes e aos novos regulamentos” ou a “economia verde” vão permitir que o futuro do setor seja estimulante. A isto, acresce que o setor vai beneficiar da necessidade de adotar as regras dos ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) e que se vai sobrepor às visões economicistas: “Não podemos estar a gastar recursos que não ficam para as gerações futuras”. Depois, muito relevante é a “relação de forças entre o poder local e o regulador ou a Autoridade Ambiental”, no sentido de “permitir ao setor evoluir como um grupo”, afirma, alertando para o facto de haver um “conjunto de entidades que continuam a automarginalizar o setor”. Nestas matérias, Abel Luís vai mais longe, precisando que, atualmente, “há 32 Câmaras Municipais que têm perdas reais acima de 50% (todas elas fazem gestão direta)” e, “há mais 40 que têm entre 40% e 49% e mais 15 sem dados da água entrada no sistema”. Para combater esta problemática, o coordenador do CEDSA não tem dúvidas de que só o Ministério do Ambiente e da Ação Climática é que tem o poder de acabar com este “crime ambiental”, alertando que os “presidentes de câmara” não demonstram nem revelam interesse em mudar a situação.

Voltando a olhar para as 186 entidades gestoras municipais que fazem gestão direta, o coordenador da CEDSA constata que 44% é água não faturada e 32% de perdas reais: “Um terço da água que entra nos sistemas acaba por ser desperdiçada em termos ambientais”. E “pior” do que estes valores é que, alerta o responsável, não tem havido evolução: “Este valor acabou por piorar entre 2018 e 2019. E por cada evolução positiva por um serviço desses, por vezes aparece 20 municípios a fazer pior”. Por isso, o “problema” não é do setor, mas sim de uma “parcela do setor” que se mantém “deliberadamente” à margem dele próprio, afirma. Depois, existe ainda uma componente em que “temos um setor muito pouco homogéneo” onde se encontra empresas públicas e privadas de excelência: “As nossas empresas chegam a ser mais valorizadas no estrangeiro do que ca. E há entidades internacionais que pedem a nossa presença porque damos credibilidade”, atenta. Assim, “o elefante na sala” – a problemática – é a “gestão direta por parte dos 186 municípios” que, na prática representa “dois terços dos 256 municípios”, reitera.

E no caminho das perdas é fundamental ter em conta as soluções que existem. O responsável começa por destacar desde logo a importância de “secar a rede” e ganhar credibilidade: “Não pode haver água a correr pelas ruas e qualquer rotura visível é para reparar no dia ou na noite”. Outra solução assenta na “adoção de materiais”, nomeadamente, “a substituição total dos ramais em fuga com PE100RC, SDR11” com tempos de vida útil de 100 anos, refere. No que diz respeito às roturas, Abel Luís chama a atenção para importância de se “substituir os tubos completos em especial se forem fibrocimento”, bem como a “redução da pressão”. E um dos aspetos que mais incomoda o responsável é a auscultação e a pesquisa da rede: “A reabilitação de rede é um dos aspetos em que não se investe”, declara.

Agora, com os olhos postos no futuro, Abel Luís parece estar muito otimista: “Temos que dar entusiasmo ao jovens e dizer-lhes que futuro vai ser muito interessante”. E se “adotarmos qualidade em tudo o que fazemos vamos lá chegar. Temos que tornar o setor mais sexy, inteligente e mais amigo do ambiente”, remata.